

A ORGANIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE ENSINO DAS UNIDADES FEDERATIVAS BRASILEIRAS PARA A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO MÉDIO¹

Sinara Pollom Zardo – UnB

Considerações Iniciais

Com a evolução do debate sobre os direitos humanos e a educação no âmbito acadêmico e governamental, da democratização da educação e do movimento social das pessoas com deficiência, a educação especial, que historicamente foi organizada de forma segregada no sistema de ensino, passa a buscar seu espaço como prática pedagógica integrada à educação geral.

Considerando os princípios constitucionais que evidenciam o direito de todos à educação e as atuais políticas públicas que orientam a organização de sistemas educacionais inclusivos, esta investigação tem como objetivo identificar as estratégias organizacionais desenvolvidas pelos sistemas de ensino das unidades federativas brasileiras para a promoção do direito à educação aos jovens com deficiência no ensino médio.

A justificativa do estudo tem como pressuposto a expansão da idade escolar obrigatória até os 17 anos, conforme a Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, e a expansão da oferta do ensino médio, com a previsão de torná-lo etapa obrigatória da formação. Para além desta questão, considera-se o pressuposto da LDB 9.394/96 que atribui às unidades federativas a responsabilidade de ofertar esta etapa da educação básica e as orientações constantes nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, instituídas pela Resolução nº 2, de 30 de janeiro de 2012, que atribui ao ensino médio a função de formação do cidadão e sua preparação para a inserção no mundo do trabalho.

Visto os desafios para a organização de um sistema nacional de educação, cabe aprofundar a análise das práticas organizacionais da educação especial como modalidade de ensino desenvolvida pelos entes federados, a fim de compreender o processo de implementação da educação inclusiva na educação básica.

Pressupostos teórico-metodológicos

¹ Pesquisa desenvolvida com apoio da CAPES.

A construção do *corpus* de pesquisa orientou-se pela identificação do estado de cada uma das cinco regiões geográficas brasileiras que apresenta maior índice percentual de matrícula de alunos com deficiência no ensino médio de 15 a 24 anos. Para tanto, realizou-se o cálculo do percentual de jovens com deficiência entre 15 e 24 anos matriculados no ensino médio – conforme dados do Censo Escolar MEC/INEP (2009) –, em relação à população com deficiência de 15 a 24 anos, conforme Censo Populacional do IBGE (2000).

Com isso, obtiveram-se os indicadores de inclusão dos jovens com deficiência no ensino médio em cada uma das unidades federativas e identificou-se aquela com maior índice de matrículas em cada região geográfica brasileira. Nessa pesquisa são apresentados os resultados da investigação realizada em cinco unidades federativas – Paraná, São Paulo, Goiás, Tocantins e Maranhão –, nas quais foram realizadas entrevistas narrativas (cf. Schütze, 2011; Jovchelovitch; Bauer, 2008) com os representantes das Secretarias de Estado da Educação. A coleta de dados foi realizada no segundo semestre de 2010. Todas as entrevistas foram realizadas presencialmente, em local reservado, geralmente nas Secretarias de Estado da Educação ou em órgãos vinculados. Para a realização das entrevistas narrativas, organizou-se um tópico-guia, conforme orientações de Weller (2011) e utilizou-se apoio de gravador digital.

Para a análise dos dados foi utilizado o Método Documentário desenvolvido por Ralf Bohnsack com base na Sociologia do Conhecimento de Karl Mannheim², que apresenta um método ou caminho para a indicialidade dos espaços sociais e para a compreensão das visões de mundo de um determinado sujeito ou grupo, definido como *Weltanschauung*.

Ao propor o conceito de *Weltanschauung*, Mannheim (1986) procura traçar os pilares para a prática da interpretação na pesquisa, considerando a necessidade de apreender as visões de mundo dos sujeitos. Para tornar a *Weltanschauung* ou visão de mundo objeto de análise científica, Mannheim (1986) apresenta um método de interpretação no qual afirma que qualquer objeto cultural somente pode ser compreendido em três níveis ou ‘estratos de sentido’: sentido objetivo, sentido expressivo e sentido documental ou de evidência.

Segundo a teoria mannheimiana, o nível objetivo ou imanente é dado naturalmente, por exemplo, num gesto, num símbolo ou ainda na forma de uma obra de

² Para maiores informações sobre este método de análise de dados qualitativos – por exemplo, para a análise de entrevistas narrativas, grupos de discussão e imagens –, cf. Weller e Pfaff, 2011.

arte. O nível expressivo é transmitido por meio das palavras ou das ações, a exemplo da forma como se reage a algo. O terceiro nível, denominado documentário, é entendido como documento de uma ação prática (WELLER *et alii*, 2002; WELLER, 2005; BONHSACK e WELLER, 2011). O método documentário, tal como desenvolvido por Ralf Bohnsack, compreende quatro fases distintas: a interpretação formulada, a interpretação refletida, a análise comparativa e a construção de tipos (cf. WELLER, 2005; BONHSACK e WELLER, 2011).

Análise e discussão dos dados

A análise dos dados possibilitou identificar três tipos de orientação que caracterizam a organização da educação inclusiva nas unidades federativas pesquisadas: i) a garantia do acesso à escolarização em sala de aula comum para alunos com deficiências físicas e sensoriais; ii) a garantia da escolarização em sala de aula comum mediante a emissão de laudo pedagógico; e iii) o estabelecimento de parceria com as escolas especiais e instituições especializadas para garantir o acesso à educação aos estudantes da educação especial no ensino médio. A seguir, serão discutidos os distintos tipos de organização da educação inclusiva.

A garantia do acesso à escolarização em sala de aula comum para alunos com deficiências físicas e sensoriais

O primeiro tipo de orientação identificado caracteriza-se pela garantia do acesso à escolarização em sala de aula comum para estudantes com deficiências físicas e sensoriais – entre estas, a deficiência auditiva e a surdez – e a deficiência visual – cegueira e baixa visão. Nessa perspectiva, alunos identificados com as deficiências supracitadas participam dos processos de escolarização oferecidos em sala de aula comum e da oferta do atendimento educacional especializado no turno contrário ao de aulas regulares, de forma complementar ou suplementar.

A organização do sistema de ensino de três estados está em consonância com este tipo de orientação: São Paulo, Paraná e Maranhão. Embora evidenciadas as características supracitadas que os unificam na realização dessa análise, é preciso ressaltar a importância de verificar as especificidades de cada sistema, de modo a compreender, para além da sua organização, os desafios a serem enfrentados para a efetivação da política de educação inclusiva nos estados.

Segundo o entrevistado, no que se refere à organização do sistema de ensino de São Paulo, a Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP) é o setor da Secretaria de Estado da Educação que tem como responsabilidade gerir a implementação da educação inclusiva no sistema de ensino, abrangendo tanto as ações organizacionais mais amplas, quanto os aspectos relacionados à prática educativa e seu desenvolvimento nas salas de aula.

Ao explicitar a função da educação especial no sistema de ensino, o informante define que “o serviço da educação especial é aquele que cuida de todo o atendimento às pessoas com deficiência” (linhas 175-176). Em relação à forma como a educação inclusiva é organizada no sistema de ensino paulista, o informante apresenta resultados preliminares do trabalho desenvolvido pela secretaria, exemplificando avanços obtidos na gestão (linhas 104-119):

104 Quer dizer a gente vai vendo aos poucos
105 pelo crescimento no atendimento de alunos a gente tem sentindo
106 que vai aumentando e o número de serviços do atendimento em
107 salas de recursos tem aumentando bastante e a gente tem percebido
108 também a mudança as classes especiais estão se acabando por
109 exemplo quando em 2003 tinha várias classes especiais para
110 atender alunos surdos então na perspectiva nossa daqui da
111 Secretaria de Educação de São Paulo aluno surdo ele é atendido na
112 sala comum e no contraturno na sala de recursos segundo as
113 necessidades dele então por isso que é:: por exemplo nós temos
114 trabalhado muito no ensino de língua portuguesa para surdos por
115 exemplo então é esse curso foi dado para professores,
116 coordenadores de educação especial da oficina juntamente com
117 professores coordenadores também e com professores
118 especializados em deficiência auditiva e eles então tão
119 multiplicando assim

Dois indicadores de avanços na implementação da política de inclusão são destacados pelo informante: o “crescimento do atendimento de alunos” (linha 105) e o “número de serviços de atendimento em salas de recursos” (linhas 106-107). Respectivamente, os indicadores podem ser traduzidos no aumento de matrículas de alunos com deficiência no sistema de ensino e na ampliação da oferta do atendimento educacional especializado em salas de recursos, de forma complementar à escolarização. O informante agrega, ainda, a progressiva extinção das classes especiais para estudantes surdos como um avanço.

As informações supracitadas evidenciam aspectos de mudanças já efetivadas no sistema de ensino a partir da adesão aos princípios da política de educação inclusiva.

O destaque quanto à inclusão de alunos surdos na escola comum demarca uma transformação importante no ponto de vista do entrevistado. Como se pode observar, a inclusão de estudantes com surdez no sistema de ensino é organizada a partir da escolarização em salas de aula comuns do ensino regular e da oferta do atendimento educacional especializado no turno oposto ao das aulas, oferecido em salas de recursos. Essa mudança de concepção quanto à inclusão de estudantes surdos é decorrência do esforço da secretaria em promover processos formativos voltados ao ensino da língua portuguesa para pessoas com surdez e para os profissionais da educação, envolvendo tanto os professores da sala de aula comum e os gestores quanto os professores especializados. O ensino da LIBRAS aos profissionais da educação também é pontuado posteriormente como ação estratégica (linhas 121-130), no intuito de formar “professores interlocutores”, que seriam os professores que fazem a mediação da comunicação entre os professores das disciplinas específicas e os estudantes com surdez.

Além dos avanços realizados no âmbito da organização do trabalho pedagógico, o entrevistado destaca a iniciativa da secretaria de constituir um quadro de profissionais especializados para apoiar a inclusão no sistema de ensino. A regulamentação da profissão de cuidador no âmbito estadual também é elencada como uma mudança significativa (linhas 130-137), segundo a afirmação do entrevistado “depende de aspectos legais bem definidos” (linha 132), ou seja, carece de uma legislação que defina a atribuição deste profissional, inclusive seu papel no sistema de ensino. A expectativa de que os cuidadores passem a integrar o quadro de profissionais do estado traz a ideia de que isso favorecerá o processo de inclusão de estudantes com deficiência que “exigem cuidados maiores” (linha 137), ou seja, daqueles alunos que, em decorrência da deficiência, possuem limitações significativas que demandam auxílio para as atividades de locomoção, higiene e alimentação. Observa-se que essa iniciativa está em desenvolvimento e deve apoiar especialmente a inclusão escolar de alunos com deficiência física, entre os quais se encontram alunos com paralisia cerebral e/ou com dificuldade de locomoção.

Na estrutura do sistema de ensino do estado de São Paulo, existem os Serviços de Apoio Pedagógico Especializado (SAPes), que preveem a organização de classes especiais para estudantes com deficiência intelectual acentuada ou múltipla deficiência, ou, ainda, “assim como outras deficiências e que dificultem o atendimento numa classe comum” (linhas 237-238). A classe especial, portanto, é organizada para estes

estudantes em substituição à escolarização comum.

Pode-se observar que o processo de avaliação precede o encaminhamento dos estudantes com deficiência intelectual ou múltipla associada à classe especial. A permanência destes estudantes na classe especial é determinada por um processo avaliativo, realizado periodicamente, até que os avaliadores percebam que o aluno tenha condições de ser incluído na sala de aula comum. Para além das classes especiais, o sistema de ensino paulista disponibiliza aos estudantes da educação especial atendimento especializado em salas de recursos e em casos de alunos que estudam em escolas distantes daquelas nas quais são oferecidos os serviços de classe especial e sala de recursos, há os serviços de itinerância.

A exposição da informante do estado do Paraná sobre a organização do sistema de ensino e a concepção que orienta o processo de gestão tem como eixo central a premissa de que a implementação da política de inclusão exige “mudanças sistêmicas” no sistema de ensino (linhas 91-109):

91	Y: E como que é visto a inclusão dos alunos na escola, como o
92	estado do Paraná se organiza nesse sentido da gestão para
93	inclusão escolar desses alunos com deficiência.
94	PRf: Veja (.) falar em inclusão sem falar em mudanças sistêmicas e
95	mudanças no sistema é ilusão (.) então quando nós assumimos em
96	2003 era muito claro pra mim que nós precisávamos fazer
97	mudanças <u>profundas</u> pra dar sustentação pra que nós pudéssemos
98	de fato oferecer uma escolaridade que desse condições para que o
99	aluno não só entrasse no sistema mas é nele permanecesse e
100	obtivesse êxito escolar (.) e a <u>primeira</u> grande preocupação foi
101	quem atende hoje no Paraná a grande maioria dos alunos? A
102	resposta era: as escolas especiais (.) como transformar essa
103	realidade? Nós não tínhamos dentro do quadro próprio do estado
104	um quadro de professores da educação especial pra fazer pra
105	constituir uma rede de apoio que desse sustentação para que nós
106	pudéssemos matricular o aluno e ele tivesse condições
107	imediatamente se iniciou um processo pro concurso público e nós
108	abrimos o primeiro concurso público pra professor de educação
109	especial na rede pública estadual da história do Paraná

A necessidade de transformações profundas no estado do Paraná foi observada pela entrevistada no ano de 2003, quando assumiu a função de gestora e constatou que a maioria dos estudantes com deficiência era atendida em escolas especiais conveniadas. Uma ação destacada como elemento de transformação da realidade foi a realização de um concurso público, que levou à constituição de uma rede de apoio à inclusão no sistema de ensino e à organização de um quadro de professores na área da educação especial.

Nesse sentido, as “mudanças sistêmicas” (linha 94) representam uma reorientação da lógica que norteava a organização do sistema de ensino paranaense, no que diz respeito às relações estabelecidas entre a secretaria de estado com as escolas e com as instituições especializadas conveniadas. Já as “mudanças no sistema” (linha 95) podem ser compreendidas como as ações desenvolvidas pela gestão com objetivo de integrar a educação especial no sistema de ensino estadual e de desconstituir a tradição de organização paralela ao restante da educação. Como exemplo, pode-se citar a organização do concurso público para a organização de uma rede de apoio à inclusão.

Vale destacar que o ingresso de professores especializados no estado promoveria uma unidade quanto à concepção de educação inclusiva, segundo infere a informante, ao mesmo tempo em que fortaleceria a organização de um sistema que articularia a educação oferecida nas escolas comuns e a oferecida nas instituições especializadas.

Dentre as ações desenvolvidas no estado para a organização do sistema de ensino, a gestora faz referência à implantação de salas de recursos, que expandiu o atendimento educacional especializado para os anos finais do ensino fundamental e do ensino médio, e criou os centros de atendimento especializado para alunos com surdez e com altas habilidades/superdotação. Em sua fala a gestora destaca (linhas 181-185): “porque nós não tínhamos mais que convencer convencidos (.) nós tínhamos que fazer com que a educação básica de modo geral o ensino regular entendesse que o aluno não era da educação especial era da educação básica e que ele era uma corresponsabilidade”.

Constituída a rede de apoio à inclusão no estado, a organização do sistema foi sendo alterada gradativamente, por meio da promoção de ações de capacitação para os professores que atuavam nas escolas comuns e na rede especializada de ensino. Tal processo é iniciado com o reconhecimento dos estudantes, seguido da proposta de trabalho de reformulação dos projetos político-pedagógicos das escolas especiais.

Segundo a informante, o início do processo de migração dos alunos das escolas especiais para as escolas comuns gerou muita resistência por parte das famílias dos alunos e pelas próprias escolas especiais, que compreenderam que este processo desencadearia a extinção dessas instituições. Sobre o processo de transição das escolas especiais para as escolas comuns, destaca-se (linhas 296-303):

297 dele é sempre no ensino comum (.) se ele for surdo ou se ele for
298 cego se a deficiência dele for só física neuromotora eu quero
299 ilustrar pra você aluno com deficiência física neuromotora se
300 precisar do professor de apoio para fazer a mediação mas o local é
301 dele é sempre na classe comum do ensino regular com o apoio que
302 ele precisa por isso a importância da rede de apoio e por isso nós
303 precisamos de professores especialistas pra compor essa rede

No que se refere à avaliação dos estudantes da educação especial, a estrutura do sistema de ensino do estado do Paraná conta com as equipes de educação especial que estão lotadas nos núcleos regionais de educação, com os Centros Regionais de Avaliação e Orientação Pedagógica (CREAOPs) e com os Centros de Avaliação e Orientação Pedagógica (CEAOPs). Esta estrutura foi organizada pela secretaria de estado com o objetivo de centralizar a tarefa de realização da avaliação dos alunos da educação especial.

Em relação ao estado do Maranhão, a gestora entrevistada apresenta o organograma do sistema de ensino, especificando as funções dos profissionais responsáveis pelas Superintendências de Modalidades e Diversidades Educacionais. Nesta divisão, encontra-se a Supervisão de Educação Especial, cuja função é citada (linhas 103-117):

103 somos nós que coordenamos e damos apoio a todo trabalho de
104 inclusão nessas escolas então a gente tem há um
105 diálogo com a educação básica que é também uma
106 Superintendência de Educação Básica e é nessas=nessa nesse
107 diálogo a gente tem sempre que colocar a diversidade a maneira de
108 trabalhar isso é ainda um trabalho que às vezes é cansativo porque é
109 preciso que a gente argumente sempre a questão dos direitos, do
110 respeito, da igualdade e da diferença porque ao mesmo tempo em
111 que a gente trabalha a igualdade a gente trabalha também a
112 diferença
113 é:: e isso é eu não posso dizer que toda a estrutura da secretaria
114 esteja voltada para uma gestão com foco na inclusão ainda existem
115 algumas resistências e alguns posicionamentos às vezes dentro da
116 secretaria que demandam um diálogo uma argumentação né por
117 parte da supervisão pra pra uma melhoria desse trabalho (.)

A Supervisão de Educação Especial tem a função de coordenar e apoiar o processo de inclusão escolar dos estudantes da educação especial. Esta função é desenvolvida de forma articulada à Superintendência da Educação Básica, que em sua estrutura abrange as escolas da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio. As ações desenvolvidas são organizadas a partir dos princípios do respeito à diversidade, do direito à educação e da inter-relação entre igualdade e diferença. A

131 esses alunos então eles têm ainda algumas classes que eles chamam
132 de alfabetização às vezes é mais uma tentativa normalmente são
133 alunos com um alto comprometimento e que não teriam condição
134 de estarem numa sala regular não com a anuência dos pais e dos
135 próprios professores (2) eles não eles resistem muito a isso a
136 família não quer os filhos lá então não é uma escola especial mas
137 acaba ficando uma coisa muito parecida com isso mas há o trabalho
138 de estimulação um trabalho com psicólogo com toda uma equipe
139 técnica nesse centro

Nota-se que os centros de atendimento especializado voltados aos estudantes com autismo e com deficiência intelectual desempenham função similar à da escola especial, uma vez que oferecem a educação especial como modalidade de ensino substitutiva à escolarização comum. Segundo a informante, as classes de alfabetização são organizadas para estudantes com alto comprometimento cognitivo, que não frequentam os processos de escolarização oferecidos em sala de aula comum devido às especificidades das deficiências.

A garantia da escolarização em sala de aula comum mediante a emissão de laudo pedagógico

Ao tratar-se do processo organizacional da inclusão escolar de estudantes com deficiência no ensino médio, o estado de Goiás apresenta especificidade neste tipo de orientação, que refere-se ao fato da realização de um “laudo pedagógico”, definido como um procedimento avaliativo que tem como função identificar as potencialidades dos estudantes e as especificidades decorrentes das deficiências. É interessante ressaltar que esta iniciativa de avaliação foi implementada com vistas a aperfeiçoar o processo de inclusão e pelo entendimento de que a morosidade dos processos de diagnóstico no sistema de saúde não poderia ser limite ou empecilho para os alunos da educação especial usufruírem do seu direito à educação.

Embora todos os alunos da educação especial sejam submetidos ao processo de emissão de laudo pedagógico como condição para o acesso à escolarização, deve-se destacar que somente em casos de estudantes com deficiência intelectual com comprometimento acentuado é que se faz o encaminhamento para as instituições especializadas conveniadas com a secretaria de estado.

A forma de organização do sistema de ensino do estado de Goiás é apresentada de forma articulada aos desafios enfrentados na gestão. Segundo o entrevistado, os

desafios não se referem especificamente ao acesso de estudantes com deficiência nas escolas comuns, mas sim à permanência destes no sistema de ensino, postas as exigências atuais que o contexto da educação em geral impõe – a exemplo da formação docente.

Nas palavras do informante do estado de Goiás a educação é para todos, por esse motivo a matrícula do aluno com deficiência é realizada na escola sem o pré-requisito do laudo médico, o que se subentende da expressão “não há uma preocupação básica se tem laudo ou não” (linha 210). Independentemente de laudo médico, o estudante com deficiência tem direito a matrícula e deve ser aceito na escola em virtude da dificuldade enfrentada pelas famílias para a identificação da deficiência de seus filhos, fato justificado pela escassez de profissionais da saúde especialistas na área. O entrevistado afirma que a secretaria tem o entendimento de que tais serviços são de alto custo para as famílias e que muitas não têm condições financeiras para acessá-los; ao mesmo tempo, denuncia a morosidade dos processos de identificação de deficiências realizadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Considerando tais aspectos e o fato de que o estudante com deficiência está matriculado na escola e precisa de uma intervenção educacional, o sistema de ensino utiliza como alternativa o “laudo pedagógico”, realizado pela equipe multiprofissional, que atua na rede estadual de apoio à inclusão. Esta rede é composta pelo professor de apoio, que tem a função de acompanhar o aluno com deficiência dentro da sala de aula comum, e o professor de recursos, que tem a atribuição de realizar o atendimento educacional especializado. Além destes, integram a equipe multiprofissional psicólogos, fonoaudiólogos, assistentes sociais e, recentemente, pedagogos. Destaca-se que o professor de atendimento educacional especializado compõe o quadro de recursos humanos das escolas estaduais, conforme informação “então em tese cada escola estadual tem um professor de recursos né” (linhas 231-232).

Esta estruturação é utilizada pelo sistema estadual de ensino como estratégia para a elaboração de laudo pedagógico “com o cuidado de tentar ver as potencialidades dele ao invés dos limites” (linhas 241-243). Conforme exposto, caso a equipe da escola não tenha condições de realizar o laudo pedagógico do aluno, a instituição poderá recorrer às equipes multiprofissionais, que se localizam nas trinta e oito divisões regionais de ensino.

Na sua explanação, o gestor discorre acerca do entendimento do senso comum que relaciona a inadequação dos estudantes no contexto escolar com a existência de

Este tipo de orientação se configura a partir da constatação de que a parceria com instituições especializadas e escolas especiais é o eixo que estrutura a educação inclusiva no sistema de ensino. Infere-se que a quantidade expressiva de instituições especializadas demonstra que os espaços substitutivos de escolarização permanecem de forma significativa no sistema de ensino.

A respeito da estrutura do sistema de ensino estadual, a Secretaria de Estado da Educação de Tocantins organiza a gestão da educação a partir da divisão de três diretorias regionais de ensino, responsáveis pela administração da educação dos seus municípios de abrangência, compostas, em sua estrutura, por diretorias de diversidade. Em cada diretoria regional de ensino, há um município pólo, onde os processos de gestão são centralizados. Nesses municípios está lotado um profissional com função de técnico de educação especial. Tais profissionais atuam no planejamento das ações educacionais e de orientação a serem desenvolvidas nos municípios-pólo e nos municípios de abrangência. Possuem também o papel de desenvolver a articulação entre a secretaria de estado e a gestão da educação dos municípios.

A entrevistada informa que anualmente o setor de educação especial participa do planejamento do processo de matrícula de alunos com deficiência no sistema de ensino. Conforme relata: “e ai a gente tenta sempre estar orientando e informando, né, as escolas e realmente o nosso interesse é que tenha realmente um número mais significativo de matrícula, né, de pessoas com deficiência, né” (linhas 172-175). Nesse sentido, a atuação do setor da educação especial se dá no intuito de incentivar a matrícula de estudantes com deficiência no sistema de ensino, visando o acesso destes à escolarização.

Ao discorrer sobre a organização do sistema de ensino, a entrevistada relata a existência de vinte e uma APAES no estado de Tocantins, ou seja, em praticamente 50% dos municípios do estado estão implementadas escolas especiais vinculadas à APAE. No que se refere ao atendimento educacional especializado no sistema estadual de ensino, a oferta desse serviço é realizada em salas de recursos multifuncionais e em escolas especiais conveniadas, vinculadas às APAES. No ano de 2010, a secretaria de estado iniciou o processo de discussão das propostas pedagógicas destas instituições, com intuito de definir sua função no sistema de ensino. A intenção da secretaria, conforme relato, é de que as escolas especiais conveniadas ofereçam atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência matriculados no âmbito do

sistema estadual de ensino, bem como atuem na qualificação de recursos humanos. Sendo assim, a secretaria fomentaria a existência das escolas especiais no sistema de ensino e, em contrapartida, estas instituições deveriam realizar estas atribuições.

Análise comparativa entre as formas de organização da educação inclusiva nos sistemas de ensino

A análise comparativa entre as formas de organização da educação inclusiva nos sistemas de ensino permitiu a identificação de três tendências: o acesso à sala de aula comum para estudantes com deficiências físicas e sensoriais, a escolarização em sala de aula comum mediante a emissão de laudo pedagógico e o estabelecimento de parceria com as escolas especiais e instituições especializadas.

Os estados que garantem o acesso à escolarização em sala de aula comum para estudantes com deficiências físicas e sensoriais demonstram que tal processo é subsidiado pela organização de redes de apoio constituídas por serviços e recursos de acessibilidade. A progressiva demanda de alunos revela a necessidade de ampliação desta rede. Visto que nesta forma organizacional os estudantes com deficiência intelectual não participam da escolarização em salas de aula comuns, outras alternativas são implementadas. Tratando-se deste aspecto, os estados de São Paulo e do Maranhão priorizam o atendimento de estudantes com deficiência intelectual em classes especiais, escolas especiais ou instituições especializadas conveniadas. As mesmas alternativas são utilizadas pelo estado do Paraná, no entanto, este estado está com processo junto ao Conselho Estadual de Educação para a implantação de escolas de educação básica na modalidade especial.

No que se refere à segunda tendência de organização – a escolarização em sala de aula comum mediante a emissão de laudo pedagógico –, observa-se que a inclusão é compreendida como o direito de todos os estudantes com deficiência à escolarização. Entretanto, há restrições quanto aos casos de alunos com intenso comprometimento nas funções cognitivas. O laudo pedagógico, mesmo tendo função de identificar as potencialidades dos sujeitos, no caso destes alunos, orienta o encaminhamento para instituições especializadas de ensino, visto a dificuldade dos professores em atuar com estes estudantes nas escolas comuns. O sistema de ensino goiano se insere nesta perspectiva.

Por fim, o estabelecimento de parceria com as escolas especiais e instituições

especializadas é aspecto predominante do sistema de ensino de Tocantins. Nessa perspectiva, não são citados de forma específica os tipos de deficiência que os alunos apresentam. A estrutura do sistema foi apresentada de forma ampla pela informante. A quantidade expressiva de instituições especializadas e de escolas especiais indica que estas organizações desempenham um papel importante no sistema de ensino, seja para apoio aos alunos incluídos nas escolas, seja para substituir a escolarização.

Considerações finais

Há concordância de todos os informantes da pesquisa quanto ao direito à educação para os estudantes com deficiência no ensino médio. Entretanto, as perspectivas de organização da educação especial nas unidades federativas são diferenciadas, o que configura um sistema nacional de educação misto, que em sua estrutura contempla espaços inclusivos aos alunos da educação especial e também espaços exclusivos para estes alunos, organizados, algumas vezes, de acordo com o tipo de deficiência. As orientações de gestão dos estados distinguem-se quanto ao princípio organizacional, entretanto, assemelham-se quanto aos desafios: a inclusão de alunos com deficiência intelectual na escola comum, a formação de professores e de profissionais especializados na área da educação especial e a necessidade de ações articuladas para avaliação dos estudantes da educação especial. Pode-se também evidenciar que a inclusão de alunos com deficiências sensoriais no sistema de ensino vem avançando gradativamente devido ao fato dos sistemas de ensino estaduais reconhecerem a importância da promoção da acessibilidade.

Códigos de transcrição

Y: abreviação para entrevistadora.

(4) tempo de pausa em segundos.

Nome palavra falada enfaticamente.

(.) tempo de pausa menor que um segundo.

::: tempo de pronúncia de uma letra ou sílaba da palavra em segundos.

@palavra@ expressões entre risos

Referências bibliográficas:

BAUER, Martin; JOVCHELOVITCH, Sandra. Entrevista narrativa. In: BAUER,

Martin W., GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 90-113.

BOHNSACK, Ralf; WELLER, Wivian. O método documentário na análise de grupos de discussão: In: WELLER, Wivian; PFAFF, Nicole. *Metodologias da pesquisa qualitativa em educação*. 2. Ed., Petrópolis, Rj: Vozes, 2011. p. 67-86.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm

_____. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*, 2008. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducospecial.pdf>

_____. *Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009*. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm

_____. *Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009*. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Disponível em:

http://peei.mec.gov.br/arquivos/Resol_4_2009_CNE_CEB.pdf

_____. *Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009*. Dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos. Disponível em:

http://200.181.15.9/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. *Direitos das pessoas com deficiência: garantia de igualdade na diversidade*. Rio de Janeiro: WVA, 2004.

MACHADO, Rosângela. Educação inclusiva: revisar e refazer a cultura escolar. In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér (org.). *O desafio das diferenças nas escolas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 69-75.

MITTLER, Peter. *Educação inclusiva: contextos sociais*. Porto Alegre: Artmed, 2003.

SCHÜTZE, Fritz. Pesquisa biográfica e entrevista narrativa. In: WELLER, Wivian; PFAFF, Nicole. *Metodologias da pesquisa qualitativa em educação*. 2ª Ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2011. p. 210-222.

WELLER, Wivian. A contribuição de Karl Mannheim para a pesquisa qualitativa: aspectos teóricos e metodológicos. *Sociologias*. Porto Alegre, n. 13, p. 260-300, jan./abr. 2005. Disponível em: www.scielo.br/pdf/soc/n13/23564.pdf .

_____. Tradições hermenêuticas e interacionistas na pesquisa qualitativa: a análise das narrativas segundo Fritz Schütze. In: *ANAIS da 32ª Reunião Anual da ANPEd, 2009*. Caxambu, 2009. p. 1-16.

WELLER, Wivian; PFAFF, Nicole. *Metodologias da pesquisa qualitativa em*

educação. 2ª Ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2011.